



UMA MODALIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL E RELIGIOSA: A PASTORAL DO SURDO NO BRASIL

A FORM OF SOCIAL AND RELIGIOUS INCLUSION: THE DEAF MINISTRY IN BRAZIL

UNA MODALIDAD DE INCLUSIÓN SOCIAL Y RELIGIOSA: LA PASTORAL DEL SORDO EN BRASIL

ÉERICA NELCINA DA SILVA¹

RESUMO

A inclusão dos surdos nas ações cotidianas da vida religiosa é um dos grandes desafios para das comunidades religiosas no Brasil. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de inclusão (ou de exclusão) dos surdos na Igreja Católica, a partir da atuação da Pastoral do Surdo no Brasil. Questionamos se a participação nas atividades da Pastoral do Surdo colabora para que o surdo se sinta mais incluído socialmente, de modo a reforçar sua dignidade. A metodologia utilizada foi uma pesquisa online, com entrevistas semiestruturadas com um recorte temporal no ano de 2022, juntamente com uma pesquisa bibliográfica em estudos publicados sobre a tema. Seguimos quatro etapas nessa investigação: religião, exclusão, inclusão e Pastoral do Surdo. Os conceitos foram debatidos a partir das contribuições de Otto Marques da Silva, Romeu Kazumi, Maria Teresa Eglér Mantoan, César Augusto de Assis Silva, Luiz Carlos Dutra, Karin Lillian, Strobel, Serge Paugam, Simon Schwartzman, além da legislação inclusiva que é referência nesse tema. Para melhor conhecer a realidade vivida pelos surdos foi realizado um estudo empírico através da aplicação de um questionário contendo 12 perguntas abertas e fechadas. O questionário foi submetido a três grupos: os agentes da Pastoral dos Surdos, os surdos que frequentam a Pastoral dos Surdos do Brasil e lideranças religiosas católicas responsáveis por atividades de inclusão dos surdos.

¹Possui graduação em Letras - Português e Espanhol pela Faculdade Educacional da Lapa (2021), graduação em Administração pela Faculdade Serra da Mesa – FASEM (2010), especialização em Controladoria e Finanças pela Faculdade Serra da Mesa – FASEM (2015), especialização em MBA em Administração Pública e Gestão de Cidades pela Universidade Anhanguera – Uniderp (2011), especialização em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade Serra da Mesa – FASEM (2013), especialização em LIBRAS pelo Centro de Ensino Superior Dom Alberto LTDA (2021), mestrado em Mestrado Interinstitucional em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás/Faculdade Serra da Mesa (2019), doutorado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2022 CV: <http://lattes.cnpq.br/6341058718527711>. E-mail: ericanelcin@gmail.com.

Como citar este artigo:

SILVA, Érica Nelcina da.
Uma modalidade de inclusão social e religiosa: a Pastoral do Surdo no Brasil. **Revista de Direito Socioambiental - REDIS**, Goiás – GO, Brasil, v. 02, n. 03, jul./dez. 2024, p. 19-35.

Data da submissão:
25/07/2024

Data da aprovação:
24/09/2024



A pesquisa de campo foi realizada nas 19 regionais da PS da Igreja Católica no Brasil, realizadas 162 entrevistas. Além disso, foi realizada uma pesquisa com perguntas em Libras gravadas em vídeo e enviadas aos participantes. Os dados colhidos e analisados permitiram afirmar que, para os surdos, a Pastoral do Surdo constitui uma modalidade de inclusão na comunidade religiosa e, por meio dela, no restante da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Exclusão. Inclusão. Pastoral do Surdo. Religião.

ABSTRACT

The inclusion of deaf individuals in the everyday actions of religious life is one of the significant challenges for religious communities in Brazil. The objective of this work is to analyze the process of inclusion (or exclusion) of deaf individuals in the Catholic Church, focusing on the activities of the Deaf Ministry in Brazil. We question whether participation in the activities of the Deaf Ministry helps deaf individuals feel more socially included, thereby reinforcing their dignity. The methodology used involved an online survey with semi-structured interviews conducted in 2022, alongside bibliographic research of published studies on the topic. We followed four stages in this investigation: religion, exclusion, inclusion, and the Deaf Ministry. The concepts were discussed based on contributions from Otto Marques da Silva, Romeu Kazumi, Maria Teresa Eglér Mantoan, César Augusto de Assis Silva, Luiz Carlos Dutra, Karin Lillian Strobel, Serge Paugam, Simon Schwartzman, as well as inclusive legislation that is a reference on this topic. To better understand the reality experienced by deaf individuals, an empirical study was conducted through a questionnaire containing 12 open and closed questions. The questionnaire was distributed to three groups: agents of the Deaf Ministry, deaf individuals attending the Deaf Ministry in Brazil, and Catholic religious leaders responsible for activities that include deaf individuals. Field research was carried out across the 19 regional offices of the Deaf Ministry of the Catholic Church in Brazil, with 162 interviews conducted. Additionally, a survey with questions in Brazilian Sign Language (Libras) was recorded in video format and sent to participants. The collected and analyzed data allowed us to affirm that, for the deaf, the Deaf Ministry constitutes a form of inclusion in the religious community and, through it, in the broader Brazilian society.

Keywords: Exclusion. Inclusion. Deaf Ministry. Religion.

RESUMEN

La inclusión de las personas sordas en las acciones cotidianas de la vida religiosa es uno de los grandes desafíos para las comunidades religiosas en Brasil. El objetivo de este trabajo es analizar el proceso de inclusión (o exclusión) de las personas sordas en la Iglesia Católica, a partir de la actuación de la Pastoral del Sordo en Brasil. Nos preguntamos si la participación en las actividades de la Pastoral del Sordo contribuye a que la persona sorda se sienta más incluida socialmente, reforzando así su dignidad. La metodología utilizada fue una investigación en línea, con entrevistas semiestructuradas realizadas en 2022, junto con una investigación bibliográfica sobre estudios publicados sobre el tema. Seguimos cuatro etapas en esta investigación: religión, exclusión, inclusión y Pastoral del Sordo. Los conceptos fueron debatidos a partir de las contribuciones de Otto Marques da Silva, Romeu Kazumi, Maria Teresa Eglér Mantoan, César Augusto de Assis Silva, Luiz Carlos Dutra, Karin Lillian Strobel, Serge Paugam, Simon Schwartzman, además de la legislación inclusiva que es referencia en este tema. Para conocer mejor la realidad vivida por las personas sordas, se realizó un estudio empírico a través de la aplicación de un cuestionario con 12 preguntas abiertas y cerradas. El cuestionario fue distribuido a tres grupos: los agentes de la Pastoral del Sordo, las personas sordas que asisten a la Pastoral del Sordo en Brasil y los líderes religiosos católicos responsables de actividades de inclusión de las personas sordas. La investigación de campo se llevó a cabo en las 19 regiones de la Pastoral del Sordo de la Iglesia Católica en Brasil,



con 162 entrevistas realizadas. Además, se realizó una encuesta con preguntas en Libras grabadas en video y enviadas a los participantes. Los datos recolectados y analizados permitieron afirmar que, para las personas sordas, la Pastoral del Sordo constituye una modalidad de inclusión en la comunidad religiosa y, a través de ella, en el resto de la sociedad brasileña.

Palabras clave: Exclusión. Inclusión. Pastoral del Sordo. Religión.

INTRODUÇÃO

Há 25 anos mantenho contato com pessoas com deficiência auditiva. Atuo como intérprete de LIBRAS em instituições educacionais da Educação básica e Superior, na missa do Santuário de Nossa Senhora da Abadia do Muquém, Niquelândia-GO. Além disso, durante a pesquisa do mestrado, tive oportunidade de interpretar na missa da Pastoral do Surdo da paróquia Sagrado Coração de Jesus na Diocese de Uruaçu-GO² e em diversas palestras, eventos culturais, educacionais e religiosos. Sou professora e intérprete de LIBRAS nos cursos de licenciatura, transcritora e TILS em vestibulares, tradutora e intérprete de LIBRAS em processos seletivos e concursos. Em todas essas atividades sempre ouvia relatos sobre a participação passiva dos surdos nas comunidades religiosas, em templos diferentes. Eles apenas assistiam ao rito, entretanto não entendiam o que estava sendo comunicado.

Ao vivenciar essas experiências, sentimentos e ideias no âmbito religioso, cultural e social, senti uma inquietação muito forte, que me levou a refletir sobre de que forma eu poderia contribuir para uma participação mais efetiva dessas pessoas dentro do espaço religioso, bem como incluir as pessoas com deficiência, especialmente, os surdos, em todas as esferas da sociedade a partir da religião. Penso numa inclusão com autonomia e empoderamento das pessoas com deficiência e não nelas como objetos de direito.

Proponho-me nessa tese a investigar a seguinte questão: qual é posição das igrejas (especialmente da Igreja Católica) em relação aos surdos? As práticas da Pastoral dos Surdos da Igreja Católica no Brasil promovem uma participação (inclusão) efetiva dos surdos? Como se posicionam as pessoas com deficiência auditiva perante a religião, e o que significa para eles a participação (ou não) numa comunidade religiosa?

Para responder a essa última questão, central para a pesquisa, focou-se a atenção na temática da exclusão e inclusão do surdo na Igreja Católica, analisando-se trabalhos realizados pelas Pastorais dos Surdos do Brasil. Portanto, o objetivo dessa tese é analisar as práticas das Pastorais

² Paróquia Sagrado Coração de Jesus da cidade de Goianésia-GO

dos Surdos da Igreja Católica no Brasil, a respeito do potencial dinâmico de inclusão ou exclusão social que tais práticas podem significar para os surdos.

Em relação à exclusão, afirma José Carlos Pereira (2009, p. 137), tornou-se uma “palavra matriz que comporta diversas noções para designar aqueles indivíduos ou grupos que são marginalizados em diferentes aspectos da sociedade, seja no âmbito do trabalho, educação, moradia, lazer ou mesmo da religião”. Ou seja, é o processo de impedir a participação, deixar de fora alguém de determinados lugares ou funções.”.

Desse modo, a abordagem frente às variantes no emprego do conceito de qualquer forma de exclusão, seja ela política, econômica ou religiosa é uma “questão social”. Para Robert Castel (2004, p. 18), “a exclusão se dá efetivamente pelo estado de todos que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais”.

Paul Singer (2003, p. 61) afirma que a exclusão social vai além das categorias tradicionais, ela “pode ser vista como uma soma de várias exclusões, habitualmente muito inter-relacionada”.

No que diz respeito à inclusão social, Sasaki (1997, p. 40) afirma que “para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros”. O mesmo autor apresenta os princípios para a prática da inclusão social: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação.

Para Dutra (2005, p. 17), inclusão é a inserção total e plena da pessoa com deficiência (e outros segmentos socialmente excluídos) na vida social, como membro ativo da sociedade. Algo que deve acontecer nas áreas de educação, trabalho, transporte, vida doméstica, religião, esporte, lazer e recreação. O autor faz uma diferenciação da fase histórica anterior à inclusão, chamada de integração: “algumas pessoas com deficiência procuravam se adaptar à sociedade como ela é”. Era um esforço unilateral.

Porém na inclusão, a sociedade, com todos os seus recursos humanos e materiais, e todas as pessoas com deficiência procuram por todos os meios adaptar-se mutuamente. É um esforço bilateral. A respeito da inclusão social do surdo, Karin Strobel (2008, p. 97) afirma que “há escassez de recursos visuais que facilitem a acessibilidade dos sujeitos surdos à vida social. Na sociedade, a maioria das anúncios e informações é sonora e palavras faladas”.

A inclusão na sociedade depende da inserção no mercado de trabalho. Karin Strobel (2008, p. 98), explica que “a inclusão de sujeitos surdos em mercado de trabalho depende das acessibilidades adaptados às necessidades culturais dos mesmos com o local e nos relacionamentos dos seus colegas”. A autora chama a atenção para a necessidade de profissionais acompanharem o processo de inclusão para que ela realmente ocorra e declara que “para a inclusão de sujeitos surdos

nas empresas, o ideal seria a contratação dos serviços dos intérpretes e tradutores de língua de sinais para as reuniões, as palestras e os cursos de formações oferecidas”.

No que concerne às diferenças linguísticas e culturais dos sujeitos surdos, Strobel (2008, p. 98), enfatiza ser necessário que “estas empresas se conscientizem e permitam acessos de cursos de língua de sinais aos funcionários, colegas, amigos, vizinhos, familiares e as comunidades em geral”, sendo assim agenciara o diálogo com os funcionários surdos.

O debate ganha um alcance maior com a inclusão escolar, Mantoan (2015, p. 28) assegura que “as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos, estruturado em função dessas necessidades”. Para Mantoan (2015), “A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Em consonância com o pensamento de Mantoan, Karin Strobel (2008, p. 98), “nas escolas, a educação inclusiva não se refere apenas aos sujeitos surdos, refere-se também a ‘educação para todos’, [...]. Strobel declara que “a inclusão é um movimento que tem intenção de envolver toda a sociedade, porém a sociedade de inclusão não vê o sujeito surdo como diferença cultural, mas sim como deficientes necessitados da normalização, cujo padrão-modelo é o ouvinte”. Nos conceitos inclusivistas, os termos dentro do movimento de pessoas com deficiência têm significados diferentes dos referidos nos dicionários convencionais, por exemplo, as palavras autonomia e independência.

Sasaki (1997, p. 35) explica que, dentro do movimento de pessoas com deficiência, autonomia é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce. O mesmo autor, partindo da leitura de Mantoan, destaca os conceitos de ‘autonomia física’ e ‘autonomia social’ é o caso do deficiente físico que consegue manejar a cadeira de rodas o mais autônomo possível no espaço físico.

Já a independência pessoal, social ou econômica de uma pessoa com deficiência é a faculdade de decidir sem depender de outras, tais como: membro da família, profissionais especializados ou professores. Ser mais independente ou menos independente depende da quantidade e qualidade de informações que o indivíduo com deficiência tem acesso para tomar decisões, sua autodeterminação e prontidão. Sasaki (1997) discorre que, tanto a autodeterminação como a prontidão para decidir, são ser aprendidas e/ou desenvolvidas.

Outro conceito citado por Sasaki (1997, p. 37) é o de empoderamento que significa que o processo pelo qual um ator social, ou um grupo de atores sociais, usa o seu poder pessoal inerente a sua condição – para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo assim o controle de sua vida. O

autor frisa que “quando alguém sabe usar o seu poder pessoal, dizemos que ele é um indivíduo empoderado”.

Sasaki (1997) enfatiza que “quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos – a sociedade inclusiva”. No campo da religião, Romeu Kazumi afirma que, por séculos, a prática da exclusão de pessoas com deficiência nas igrejas ocorreu pelas atitudes paternalistas e piedosas, barreiras físicas, grandes escadarias, instalações internas inacessíveis.

No século XX, com a evolução técnica, científica e cultural, a realidade exigiu mudanças na Igreja no sentido de abrirem-se ao novo. Oficialmente esta abertura foi reconhecida com o Concílio Vaticano II que propõe uma renovação da ação da Igreja.

Porém, na década de 80, iniciaram-se movimentos para inclusão das pessoas com deficiência nas instituições religiosas (Sasaki, 1997, p. 119). Hoje são notórias as práticas inclusivas, igrejas com acessibilidade arquitetônica, atuação de intérpretes de língua de sinais (LIBRAS) nos ritos de entrada, liturgia da palavra, liturgia eucarística, ritos de comunhão e ritos de despedida (Assis, 2012, p. 57), Pastoral de Surdos, participação ativa de pessoas com deficiência na vida eclesial, conscientização dos frequentadores não deficientes.

Dutra (2005) afirma que “mesmo no intuito de ajudar, queremos evitar paternalismo, não queremos impor nosso ponto de vista e nossas práticas. É importante convidar pessoas com deficiência a expressarem seus sonhos e realidades”. Elas, certamente, procuram independência e autonomia. E independência e autonomia significam participar do processo, das soluções e implementações e, ainda, usufruir dos resultados. Cabe à comunidade facilitar essa participação.

Luiz Carlos Dutra (2005) preleciona que a inclusão religiosa do surdo é “quando dizemos ‘inclusão de pessoas com deficiência na vida da comunidade cristã’, entendemos trazer Cristo a elas e levá-las a Cristo de maneira condizente com as necessidades pessoais e em partilha com todos e com tudo o que Deus criou e remiu” (Dutra, 2005, p. 19). O autor esclarece que, para atingir a inclusão religiosa, foram usadas as teorias e técnicas das áreas da educação especial, da habilitação e reabilitação.

O passo decisivo de inclusão da Igreja Católica nesse debate parte das discussões do Concílio do Vaticano II³, onde a Igreja se abriu para a atuação do leigo dentro das atividades religiosas, o que culmina com a criação das pastorais.

A religião tem a função de ligar o ser humano ao Sagrado (inclusão), ela influencia na vida dos indivíduos e na sociedade, determinando conduta, procedimentos e funções sociais,

³ Documentos do Concílio Vaticano II. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 02 mar. 2022.

disponibiliza símbolos, mitos, ritos, imortalizando o imaginário religioso, a contingência de inclusão social pode começar pela inclusão religiosa. E para que aconteça essa experiência religiosa, todos os membros da sociedade precisam da equiparação de oportunidades que é definida pela ONU - Organização das Nações Unidas (1983, p. 3) como:

Equiparação de oportunidades significa o processo através do qual os sistemas gerais da sociedade – tais como ambiente físico e cultural, a habilitação e os transportes, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades educacionais e de trabalho, a vida cultural e social, incluindo as instalações esportivas e recreativas – são feitas acessíveis para todos (ONU, 1983, p. 3).

Após três anos, foi acrescentado ao documento citado acima o seguinte: “Pessoas com deficiência são membros da sociedade e têm o direito de permanecer em suas comunidades locais e devem receber o apoio que necessitam dentro das estruturas comuns de educação, saúde, religião, emprego e serviços sociais” (ONU, 1996, p. 5). Equiparar oportunidades para todos é um processo de inclusão social.

A inclusão social com processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (Sasaki, 1997, p. 39-40).

O fenômeno da inclusão na sociedade proporciona mudanças no ambiente físico e na mentalidade de todos os indivíduos com ou sem deficiência, o processo de inclusão cria um novo modelo de sociedade e essa consolidação social somente ocorrerá quando todas as esferas da sociedade acolherem a inclusão.

É fundamental equipararmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos junto à população geral (Sasaki, 1997, p.39).

Embora sejam recentes alguns conceitos inclusivistas, sabe-se que suas raízes estão ligadas ao passado. São chamados inclusivistas porque abrangem valores que defendem a inclusão. Esses conceitos surgiram lentamente a partir dos conceitos que hoje poderíamos chamar de pré-inclusivistas. Os conceitos inclusivistas foram lapidados a partir de 1981 por todos quantos participaram, em todos os setores sociais, do cotidiano dos indivíduos com necessidades especiais resultantes, principalmente, de deficiências de vários tipos: intelectual, auditiva, visual, física ou múltipla.

Espera-se, assim, que os indivíduos com deficiência tenham condições de desenvolver sua autonomia “condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce.” (Sasaki, 1997, p. 35). E ainda que, em situações pessoais, sociais, econômicas essas pessoas aprendam e/ou desenvolvam independência “faculdade de decidir sem depender de outras pessoas, tais como: membros da família, profissionais especializados ou professores”. (Sasaki, 1997, p. 35). E, conseqüentemente, ao desenvolverem as habilidades anteriores assumam o controle de sua vida, sejam pessoas empoderadas e que usem o seu poder pessoal para fazer escolhas e tomar decisões. (Sasaki, 1997, p. 37).

Strobel e Karin Lilian (2008, p. 95), a partir da leitura de Gárdia Vargas, argumentam que “A inclusão [...] é ser respeitado nas suas diferenças e não ter de submeter a uma cultura, a uma forma de aprender, a uma língua que não é a sua”. Portanto, a religião tem o poder simbólico de incluir e excluir os indivíduos na sociedade e vida eclesial cristã. Veremos a seguir pesquisa de campo realizada nas 19 Pastoral dos Surdos no Brasil.

1 ESTUDO EMPÍRICO NA PASTORAL DO SURDO NO BRASIL

A Pastoral dos Surdos no Brasil é um movimento de evangelização dos surdos. Ela segue como princípio de orientação a perícopes do Evangelho de São Marcos 7, 32-35, a cura de um surdo-gago:

Trouxeram-lhe um surdo que gaguejava, e rogaram que impusesse as mãos sobre ele. Levando-se a sós para longe da multidão, colocou os dedos nas orelhas dele e, com saliva, tocou-lhe a língua. Depois, levantando os olhos para o céu, gemeu e disse: “*Effatha*” que quer dizer: “Abre-te!” Imediatamente abriram-se-lhe os ouvidos e a língua se lhe desprende, e falava corretamente. (Bíblia De Jerusalém, 2002, p. 1770)

No que tange à denominação, natureza e objetivos da Pastoral dos Surdos, consta no primeiro artigo do Estatuto da Pastoral do Brasil, do dia 04 de agosto de 2015: “Art. 1º. – A Pastoral do Surdo do Brasil, doravante, neste documento denominada PS, é um organismo de dimensões Bíblico - Catequética e Sócio - Transformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB”. Conta com o trabalho voluntário de diversas pessoas (surdas e ouvintes).

A história da Pastoral dos Surdos no Brasil⁴ começou, oficialmente, com a vinda do Pe. Eugênio Oates, religioso americano, às Congregações do Santíssimo Redentor (CSSR) ou Redentoristas ao Brasil. Em parceria com Monsenhor Vicente Penido Burnier, primeiro sacerdote surdo do Brasil, iniciaram, no ano de 1950, trabalhos voltados ao serviço dos surdos em todo o país.

⁴Disponível em: <http://pastoraldossurdosaparecida.blogspot.com/2012/08/historia-da-pastoral-dos-surdos>

Também um padre gaúcho de Porto Alegre, conhecido – Padre Volmir Guiso - contribuiu muito com os trabalhos e atividades de evangelização no Brasil.

No Estatuto da Pastoral do Surdo do Brasil⁵, em seu segundo artigo, são apresentadas as regionais do país⁶. Todos os integrantes que participam das pastorais são voluntários que regularmente participam de cursos e encontros de formação para que possam trabalhar junto às comunidades com plena consciência do que fazem e da correta finalidade do seu trabalho.

A história do voluntariado confunde-se com a própria história das ações dos indivíduos em relação aos seus semelhantes. Alguns autores, como Hudson (1999) avaliam essa história sob o ponto de vista de todo um segmento dedicado a causas sociais, do Terceiro Setor. Outro autor, Kisnerman (1983), denomina de “trabalho social” o interesse do homem por seus semelhantes e afirma que, a partir do Cristianismo, a caridade ganha maior significado. Essa ideia de salvação pelas obras que os homens realizam durante sua vida é básica para entender as origens do voluntariado, cujas ações são resumidas, em grande parte, em atos de ajudar indivíduos carentes com bens concretos (dinheiro, alimentos, roupas, alojamentos).

A esmola, a exortação e a persuasão como recursos elementares caracterizam este largo período de origem do voluntariado, no qual a fé, o sentimento e a intuição substituem o conhecimento científico frente às situações que geram tal estado de carência (Kisnerman, 1983, p. 3).

Para Hudson (1999), a filosofia que permeia quase todos os aspectos do Terceiro Setor é o desejo humano de ajudar outras pessoas sem a exigência de benefícios pessoais.

A maioria das pessoas pensa no setor em termos de caridade e pressupõe que é um fenômeno moderno. Essa filosofia, no entanto, data de mais longe. Desde os tempos mais remotos era o grupo familiar que cuidava dos membros pequenos, enfermos, deficientes, velhos, viúvos e órfãos (Hudson, 1999, p. 01).

Em outras palavras, essa proteção satisfazia os interesses das partes envolvidas, sem passar, ainda, pela ideologia cristã de caridade, costume que surgirá mais tarde quando a igreja católica se firma como instituição, oficializando a doação como uma forma de penitência pelos pecados cometidos e a garantia de direito à salvação eterna.

⁵Disponível em: <https://docplayer.com.br/24894973-Pastoral-do-surdo-do-brasil-estatuto-da-pastoral-do-surdo-do-brasil-brasil-04-de-agosto-de-i-da-denominacao-da-natureza-e-dos-objetivos.html>.

⁶Distribuição das Regionais nos moldes da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), pelas seguintes regionais: Norte 1 – estados do Amazonas e de Roraima –; Norte 2 – estados do Amapá e do Pará –; Norte 3 – estados do Tocantins e da região norte do estado de Goiás –; Nordeste 1 – estado do Ceará –; Nordeste 2 – estados de Alagoas, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte –; Nordeste 3 – estados da Bahia e de Sergipe –; Nordeste 4 – estado do Piauí; Nordeste 5 – estado do Maranhão –; Leste 1 – estado do Rio de Janeiro –; Leste 2 – estados do Espírito Santo e Minas Gerais –; Centro-Oeste –, estados de Goiás, do Tocantins e Distrito Federal –; Oeste 1 – estado do Mato Grosso do Sul –; Oeste 2 – estado do Mato Grosso –; Sul 1 – estado de São Paulo –; Sul 2 – estado do Paraná; Sul 3 – estado do Rio Grande do Sul –; Sul 4 – estado de Santa Catarina.

Dentre os autores que identificam a atuação da igreja com o início do voluntariado, Hudson (1999) afirma que as ações de caridade coincidem com o crescimento das organizações religiosas. Segundo ele, os ensinamentos judeus promoviam a ideia de que os pobres tinham direitos e que os ricos tinham deveres.

As primeiras igrejas cristãs criaram fundos para apoio às viúvas, órfãos, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros. Esperava-se que os fiéis levassem donativos, voluntariamente, que eram colocados na mesa do Senhor para que os necessitados pudessem recebê-los das mãos de Deus. Os primeiros legados foram autorizados pelo imperador Constantino I, no ano 311 d. C., possibilitando a doação de recursos para caridade. No mundo islâmico, a filantropia foi usada para montar grandes hospitais. Exemplos remotos de fundos de miséria também partiram do islamismo, quando pacientes indigentes recebiam cinco peças de ouro assim que recebessem alta (Hudson, 1999, p. 02).

Não é preciso ser católico para participar das pastorais, já que são ecumênicas. Em todas as pastorais, existem pessoas com formação para exercerem o trabalho correspondente. São coordenadas pela Diocese local que promove regularmente cursos e encontros de formação, para que os “agentes de pastoral” possam trabalhar junto às comunidades com plena consciência do que estão fazendo e da finalidade do seu trabalho.

No tocante às origens da Pastoral do Surdo, duas personalidades estão em suas origens: Monsenhor Vicente de Paulo Penido Burnier, primeiro sacerdote surdo brasileiro, de Juiz de Fora (MG) e padre Eugênio Oates, (ouvinte) sacerdote redentorista, nascido nos Estados Unidos.

Desde a década de 1940, a Pastoral buscou espaço na caminhada da Igreja e ambos os padres foram os grandes discípulos missionários dos surdos por meio das visitas às escolas, associações e igrejas onde existiam surdos.

A Pastoral dos Surdos está presente, na maioria das Regionais do país, conforme citado anteriormente na distribuição de suas regionais pelo Brasil. Nelas os surdos têm a oportunidade de participar da vida eclesial cristã. A Pastoral do Surdo Nacional (EFFATA) desenvolve atividades voltadas para os surdos na sociedade brasileira. O objetivo da Pastoral do Surdo Nacional é atuar em diversas áreas como:

Preparar celebrações e encontros de caráter espiritual. • Catequese: atua na formação do surdo, buscado um maior conhecimento da palavra de Deus, pela preparação do batismo, eucaristia, crisma e curso de noivos. • Juventude: atenção especial é dada aos jovens, por meio de encontros, caminhadas e momentos de lazer. • Cultura: como Pastoral do Surdo, ela está presente em eventos, exposições, danças e datas comemorativas. • Ação Social: atua na formação política (Effata, 2017, p. 1).

Os trabalhos desenvolvidos pela Pastoral do Surdo no Brasil estão submetidos à estrutura hierárquica da Igreja Católica: nacional, regional e paroquial. O presente estudo foi realizado nas 19 regionais do Brasil. Procuramos identificar as propostas político-religiosas de inclusão adotadas por

lideranças religiosas católicas e analisar se as atividades da Pastoral do Surdo oferecem uma forma de inclusão com dignidade para o surdo. E, ainda se a participação nas atividades da Pastoral do Surdo faz com que essas pessoas se sintam incluídas socialmente de forma a reforçar sua dignidade.

2 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida de forma descritiva, com textos publicados sobre a temática em livros, artigos, teses, dissertações, documentos da Igreja, leis, decretos e outros escritos, abarcando textos referentes às Ciências da Religião.

A pesquisa Religião e Promoção Humana: um estudo da Pastoral Católica dos Surdos no Brasil foi aprovada pelo Comitê de Ética dia 24 de fevereiro de 2022. Logo após a aprovação, entrei em contato com membros da Pastoral do Surdo das 19 regionais do Brasil para começar as entrevistas. Elaborei um vídeo, em Língua Portuguesa e, simultaneamente, na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) onde me identifico, explico a natureza da pesquisa, falo sobre o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), e o objetivo da pesquisa, em seguida enviei o *link* do TCLE e após concordarem em responder a pesquisa, eu remeti o segundo *link* do questionário da pesquisa. No primeiro momento a pesquisa de campo iniciou no grupo dos coordenadores das 19 regionais da Pastoral do Surdo do Brasil, em seguida através dos contatos obtidos com os coordenadores, dos agentes da PS ouvintes e surdos, continuamos as entrevistas e simultaneamente com as lideranças religiosas que participam da Pastoral do Surdo no Brasil.

Em decorrência da Pandemia do Covid-19⁷, a pesquisa foi não presencial: as entrevistas aconteceram via WhatsApp, por meio de um questionário online, no Google *Forms*, ferramenta do Google *Workspace*, usada para criar formulários personalizados para pesquisas e questionários online. Elaborei 12 perguntas ao todo, com questões abertas dissertativas e também fechadas, do estilo objetivas de marcar.

2.1 Análise dos dados da pesquisa

Como exposto na Introdução e em outras partes dessa tese, nosso objetivo com a pesquisa em tela foi analisar a possível inclusão ou exclusão dos surdos na Igreja Católica, a partir da atuação da Pastoral dos Surdos. Questionamos se as atividades da PS oferecem uma forma de inclusão para essas pessoas, se através dessa participação os surdos se sentem também mais incluídos na sociedade e se percebem essa participação como um reforço de sua dignidade.

⁷ Dados e informações disponíveis em: <https://blog.safetec.com.br>.

Para compreender os atores do nosso trabalho, examinamos como são as pessoas com surdez, cujo nome técnico é Hipoacusia, caracterizada pela perda auditiva e/ou a perda do nível de audição. Atualmente, a medicina distingue entre quatro níveis de surdez, sendo elas: Leve, Moderada (ou média), Severa (ou grave) e profunda.

Segundo Davis e Silverman⁸ (1966), Deficiência Auditiva Leve é aquela na qual os limiares estão entre 25 a 40 dB nível de audição. Deficiência Auditiva Moderada: Limiares entre 41 e 70 dB nível de audição. Deficiência Auditiva Severa: Limiares entre 71 e 90 dB nível de audição. Deficiência Auditiva Profunda: Limiares acima de 90 dB. Já o Decreto nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, considera a deficiência auditiva como “a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”.

O Artigo 2º do Decreto nº 5.626 de 2005 considera pessoa surda aquela que, “por perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS”. A LIBRAS foi a via que usamos para ter condições de alcançar os objetivos propostos aqui.

Durante as entrevistas, quando perguntei o que precisava para a pessoa com deficiência auditiva ser incluída na sociedade e Igreja, a maioria dos surdos responderam que para a Diversidade Auditiva ser incluída na sociedade e na comunidade religiosa se faz necessário que as mesmas aprendam a Libras, para entenderem o rito, se comunicarem, terem acessibilidade, serem incluídas na sociedade e Igreja, como nos mostram os relatos a seguir:

Entrevistado 44: “Sim. Existe várias formas que fui excluído. Exemplo:- Conversar com colegas ouvintes do trabalho, eles não querem aprender. - Padres não sabem de Libras durante no confessionário. - Falta de intérprete na igreja católica, tipo participação nas reuniões CPP, encontros, palestras, excursões”. Entrevistado 11 “Aprender LIBRAS Para comunicar”. Entrevistado 22 “A acessibilidade. Por exemplos: padre fluente em Libras, tradutores e intérpretes de Libras, tela com a legenda para deficientes auditivos que não saibam a Libras”. Entrevistado 44 “Objetivo de projetar uma igreja para surdos e a inclusão na comunidade”.

Segundo Castel (2004, p. 1) “os fiéis procuram a Igreja em busca de um espaço que possibilite a recuperação da sociabilidade perdida, em busca de atenção de pessoas que os ouçam em suas necessidades psicológicas, enfim, tratem como pessoas válidas”.

Logo Pereira (2009, p. 146) apregoa que “a função da comunidade religiosa é um espaço que possibilita dirimir os efeitos das discriminações e outras formas de exclusão sofridas, transpondo, assim, situações diversas de exclusão”.

⁸ Dados e informações disponíveis em: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/deficiencia-auditiva.htm>.

Pereira (2009, p. 126). A comunidade religiosa representa um espaço que, além de oferecer segurança e conforto espiritual, é um espaço de sociabilidade, uma forma de inclusão social.

Essa afirmação de Castel é confirmada pelo relato a seguir:

Entrevistado 87 (surda) “Sim, A religião permite conhecer o local onde as pessoas vivem seus valores em uma cultura. Ela é influenciada pela cultura, mas ela também influencia a cultura daqueles que vivem em seu entorno. A religião permite um conhecimento maior dos valores que envolvem uma dada sociedade, principalmente seus valores éticos”.
Entrevistado 89 (surdo) “Sim, sentir Jesus contato, encontrar amigos também”.

A Igreja passa a contribuir para estabelecer nos indivíduos condicionamentos e motivações na existência, um lugar onde o indivíduo pode sentir-se acolhido, aceito pelos outros fiéis, um lugar de integração social.

Contrapondo os surdos que se sentem incluídos pelas atividades da PS, a pesquisa também colheu alguns relatos de surdos que vivenciam no processo da atuação da Pastoral do Surdo uma experiência diferente, uma insatisfação pela forma com que são tratados, um sentimento de exclusão, uma falta de empoderamento da pessoa com deficiência auditiva na Pastoral do Surdo.

Assim aponta a Entrevistada 68: (surda) que evidencia o pensamento crítico sobre os limites da própria Pastoral do Surdo de que participa: “Muito restrita na atuação da Pastoral do Surdo. Muito assistencialista. Não nos dá oportunidade de mostrar o nosso protagonismo. Tudo tem que ser "superação", termo muito capacitista”. Na mesma linha crítica, o Entrevistado 42: afirma que: “Falta de respeito da pessoa surda possa ser coordenadora na Pastoral do Surdo, pois os demais surdos não foram estimulados para serem protagonistas Pastoral do Surdo, além só os intérpretes de Libras querendo ser exibidos como estrelas”.

Podemos analisar o que aponta Martins (2003, p. 20) quando afirma que “uma religião propicia um sentimento de inclusão e isso é se manifesta através da mudança de comportamento, antes sem nenhuma importância, mesmo que esta seja uma inclusão precária e instável, marginal”.

Na análise das entrevistas do processo de inclusão (ou de exclusão) das pessoas com deficiência auditiva na Igreja Católica, a partir da atuação da PS, se a participação dos mesmos nas atividades da Pastoral colabora para que se sintam mais incluídos socialmente, é possível notar a dialética da exclusão e inclusão nos espaços da Igreja Católica. Entre os relatos, os que afirmam se sentirem incluídos constituem a maioria, e os que expõem alguma forma de exclusão constituem a minoria.

Nossa reflexão sobre os relatos divergentes dos membros dos três grupos estudados mostra que nos mesmos espaços das regionais da PS ocorrem relações conflituosas e excludentes, que às vezes se desdobram em situações vividas pelos surdos como relações de integração ou de inclusão.

Desse modo, aquilo que caracteriza os conceitos de exclusão e inclusão faz coexistem na Igreja, sem se reconciliarem, o que mostra a Igreja Católica como veículo mantenedor não apenas de uma espécie de poder supracitado, mas também como instrumento que é, ao mesmo tempo, coercitivo e libertador (Pereira, 2009, p. 135-136).

O estudioso aponta para a ambiguidade da participação nas atividades da religião, pois segundo Pereira (2009) a Igreja, exerce na vida individual e coletiva, principalmente, daquelas pessoas e grupos que lhes estão sujeitos, o poder tanto de incluir quanto de excluir, em seus espaços de domínio ou em determinados grupos sociais.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar as práticas das 19 regionais da Pastoral do Surdo da Igreja Católica no Brasil a respeito do seu possível potencial dinâmico de inclusão ou exclusão social da Diversidade Auditiva.

Nas entrevistas obtivemos as mais variadas repostas sobre o processo de inclusão ou de exclusão dos surdos a partir das atividades desenvolvidas pela Pastoral do Surdo, nas devolutivas dos três grupos da amostragem, agentes da PS, lideranças religiosas e surdos e surdas das regionais da Pastoral do Surdo do Brasil. Dos entrevistados que responderam ao questionário pelo Google Forms, 77,06% afirmaram que as práticas da Pastoral do Surdo da Igreja Católica promovem uma participação (inclusão) efetiva dos surdos. Já 22,94% discordam dessa afirmação. Logo os surdos e surdas que responderam ao questionário complementar, 73,58% dos surdos essa Pastoral é uma modalidade de inclusão da pessoa com deficiência auditiva, no entanto 26,42% diferem dessa afirmação.

Refletindo como o nosso trabalho poderia contribuir para a inclusão da diversidade auditiva, de forma que a participação nas atividades da Pastoral do Surdo e na sociedade fosse uma inclusão de forma digna, elaborei duas questões: o que é necessário para haver inclusão do surdo na sociedade? O que é necessário para haver inclusão do surdo na Igreja? A intenção foi proporcionar aos surdos, a oportunidade de expressarem o que julgavam necessário para sua inclusão na sociedade e na Igreja.

Assim, resumimos o que os dados da pesquisa revelam: para que a inclusão dos surdos na sociedade e na comunidade religiosa ocorra de forma ativa, a grande maioria da diversidade auditiva respondeu que a primeira condição é a acessibilidade à sua língua materna, a Língua Brasileira de Sinais. A primeira condição para poderem se comunicar, interagir na sociedade e no

ambiente religioso, rompendo o silêncio no qual vivem mergulhados, é que os ouvintes aprendam Libras.

Os participantes destacaram a necessidade de tradutores e intérpretes de Libras agindo em áreas diferentes da sociedade; que haja legendas, janelas com tradução em Libras e que todos conheçam a Cultura Surda. Só assim eles deixarão de ser invisibilizados na sociedade e nas religiões. Outra reivindicação foi a oportunidade de trabalhar no emprego que quiserem, e assim terem a oportunidade de desenvolver seus potenciais, se empoderarem, terem uma vida digna, como seres humanos iguais aos ouvintes.

No aspecto religioso, os surdos foram unânimes acerca da necessária inclusão dos surdos na Igreja. Eles pleitearam que, além de assistir ao rito, que tenham condições de atuar nas atividades da liturgia, que a Igreja disponibilize, na Língua deles, os quatro ritos da missa para que, assim, possam acompanhar a liturgia, através da leitura labial, da projeção do rito na missa em telões, da acessibilidade em Libras, do emprego de intérpretes e de facilidade para visualização das mensagens.

Enfim, tentando confrontar a parte teórica com a pesquisa de campo *online*, cheguei à conclusão de que a Pastoral do Surdo, de fato, representa uma modalidade de inclusão dos surdos na comunidade religiosa que atua de forma gradativa nas diferentes regionais do Brasil.

A partir da presente pesquisa, percebe-se a importância que a religião pode assumir na vida dos indivíduos e de que seu papel não se restringe somente à espiritualidade em termos de união do ser humano com o sagrado, mas, sobretudo no sentido de auxiliar a inserção comunitária e social do surdo com outros seres humanos. A inclusão começa no interior dos indivíduos e influencia atitudes exteriores: é pensar e agir para o bem do outro, é oferecer condições concretas para o empoderamento e autonomia das pessoas com ou sem deficiência auditiva, física, visual e mental temporal, intermitente ou permanente.

A seu modo essa pesquisa procurou contribuir para a produção de conhecimentos acerca do processo da inclusão ou exclusão dos surdos no campo religioso, bem como promover a reflexão para o acolhimento à inclusão da diversidade auditiva. Nossa proposta de pesquisa buscou oferecer espaço para que esse grupo de pessoas pudesse expor suas inquietações, registrar sua opinião, valorizar sua cotidiana luta por inclusão social, ouvir aqueles que não ouvem, esse foi o maior desafio dessa pesquisa.

O tema abordado não se esgota com essa pesquisa, pelo contrário, abre-se para novas investigações e possibilidades; o projeto levanta inúmeros outros temas inerentes ao processo social de exclusão ou inclusão através da religião que carece de estudo sob novas perspectivas, novos métodos e formas de tratamento.

REFERÊNCIAS

- ASSIS SILVA, César Augusto de. **Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. 11^a. impr. São Paulo: Paulus, 2002.
- BRASIL, **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, 2002.
- BRASIL, **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, Presidência da República, Casa Civil, 2005.
- BRASIL, Pastoral de Surdo. **Estatuto da Pastoral do Surdo do Brasil**. Disponível em: <<file:///F:/ESTATUTO%20PASTORAL%20SURDO.pdf>>. Acesso em: 19/12/21.
- CASTEL, Robert. **Les metamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat**. Paris: Fayard, 1995.
- CASTEL, Robert. **As armadilhas da exclusão**. In: Vv. Aa. **Desigualdades e a questão social**. 2^a ed., São Paulo, Educ, 2004, p. 17-50.
- DUTRA, Luiz Carlos. **Pastoral da inclusão: pessoas com deficiência na comunidade cristã**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- EFFATA, **Pastoral do Surdo Nacional**. Disponível em: <http://www.Pastoraldosurdo.org.br/index.php?id=7&arg=historia&n=Nossa%20hist%C3%B3ria&t=A%20pastoral>, acesso em: 19/12/21.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.
- NAÇÕES UNIDAS. **Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência**. São Paulo: CVIAN/Apade, 1996.
- PAUGAM, Serge. **Abordagem sociológica da exclusão**. In: Vérias, Maura Pardini Bicudo. Por uma sociologia da exclusão social. O debate com Serge Paugam, São Paulo, Educ, 1999, p. 49-62.
- PAUGAM, Serge. **Que sentido é preciso dá a exclusão?** In: Vérias, Maura Pardini Bicudo (Ed. e Org.). Hexapolis. Desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas. São Paulo, Educ, 2004, p. 15-25.
- PEREIRA, José Carlos. **Religião e exclusão social: a dialética da exclusão e inclusão nos espaços sagrados da Igreja Católica na Metrópole**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009.
- REIMER, Ivoni Richter. **Trabalhos acadêmicos: modelos, normas e conteúdo**. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **O novo poder:** seu impacto nas entidades assistenciais. São Paulo, 1995.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

VIER, Frei Frederico. **Compêndio do Vaticano II:** constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Direitos autorais 2024 – Revista de Direito Socioambiental – ReDiS

Editor responsável: Thiago Henrique Costa Silva e Isabella Christina da Mota Bolfarini.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.